

# MICRORREGIÃO DE PARAGOMINAS: CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM ENFOQUE NO EMPREGO FORMAL

*Jucileide S. T. Maciel<sup>1</sup>, Marcelo A. V. de Lima<sup>2</sup>, Salomão Alves<sup>3</sup>, Nelson W. Dias<sup>4</sup>*

<sup>1</sup> Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, leide\_maciel@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, marcelo.avl@ig.com.br

<sup>3</sup> Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, salinetalves@ibest.com.br

<sup>4</sup> Universidade de Taubaté, Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Exp. Ernesto Pereira, Portão 2 - Taubaté – SP - Cep: 12030-320, nelson.dias@unitau.br

**Resumo** – Este artigo trará sobre os entraves do desenvolvimento econômico sustentável nos municípios de Paragominas e Rondon do Pará, pertencentes à microrregião de Paragominas no Estado do Pará. Utilizou-se como método de trabalho a pesquisa histórica-documental e coleta de dados baseada na análise de fontes secundárias e analisados de forma interpretativa. Verifica-se que os municípios apresentam fortes semelhanças no processo de produção nos três setores, destacando-se o setor terciário (51,27%) conseqüência da insuficiência dos investimentos das indústrias manufatureiras. Conclui-se que a região apresenta acelerado crescimento, porém pouco desenvolvimento, pois ainda percebe-se pouco interesse do governo em incentivar o aquecimento do setor terciário, tornando a região refém de modelos econômicos primários, que alargam as desigualdades sociais paradoxalmente frente às potencialidades da região.

**Palavras-chave:** Setor terciário. Desenvolvimento. Sustentabilidade.

**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas

## Introdução

As aceleradas transformações nos planos econômico, social, ético, político, cultural e social tem corroborado uma crise no processo civilizatório, na medida em que globaliza-se o capital financeiro e em conseqüência aumentam-se as desigualdades sociais.

O Estado do Pará, neste cenário de mudanças e incertezas também tem sido afetado por esse processo de globalização, principalmente pela sua extensa área geográfica e incipiente desenvolvimento no setor industrial, tornando-o alvo de interesses do capital estrangeiro, que buscam matéria prima para garantir sua sustentabilidade.

O Estado, em parceria com os municípios, possui o desafio de transformar a história de uma cultura extrativista que marcou a Região por décadas, para um novo momento em que o desenvolvimento local integrado e sustentável é a base para atingir novo patamar. Reduzir desigualdades sociais e gerar ocupação e renda são desafios inadiáveis.

O engessamento da forma de produzir, que ainda é um indicador forte no processo de desenvolvimento econômico, está baseado na insuficiente e deficiente infra-estrutura básica, que se alia ao baixo nível de produtividade da mão-de-obra decorrente dos baixos níveis de qualificação

e tecnologia, da baixa renda per capita, acentuada desigualdade social e espacial, instrumentos ultrapassados de gestão pública, pouca organização e desmotivação da sociedade civil.

Segundo Dowbor (2004, p.30) “o novo modelo produtivo ou o novo conceito de produção implica uma outra modalidade de organização da produção e do trabalho em uma outra lógica de utilização da força de trabalho”. Assim, cabe ao poder público garantir que os novos modelos produtivos sejam implementados na região de acordo com as suas especificidades, através de políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

A área estudada compreende o Município de Paragominas e de Rondon do Pará, pertencentes à microrregião Paragominas, do Estado do Pará. Tem uma superfície de, aproximadamente, 27.551 km<sup>2</sup>, uma população de 116 320 mil habitantes, localizada entre os paralelos de 2° 38' e 3°40' de latitude sul e os meridianos de 46°27' e 48°50' de longitude oeste de Greenwich e coordenadas geográficas 4° de latitude sul e 47° 48' e 48° 59' de longitude a oeste de Greenwich, respectivamente.

## Materiais e Métodos

Para este estudo foram utilizados dados secundários obtidos das bases de dados da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio

(SEICOM) e do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE). Os dados tabulados para este trabalho tiveram como ano base o Censo Demográfico de 2000.

Os dados foram analisados de forma interpretativa utilizando variáveis a cerca dos setores da economia, ocupação profissional da população e indicadores de ocupação profissional específicos. As análises foram realizadas para os municípios de Paragominas e de Rondon do Pará.

## Resultados

Os municípios de Paragominas e Rondon do Pará apresentam-se bem semelhantes no processo de produção, tanto no que tange o setor primário, secundário e terciário. Dentre as tais, o que mais se destaca é o setor terciário, assim como em toda a região Norte, por apresentar insuficientes indústrias manufatureiras frente às necessidades de demanda da população, e porque não arriscar em dizer, pouco interesse dos governos no sentido de atrair essas empresas por meio de incentivos fiscais. Essas ações estimulariam preços baixos, fomento ao consumo e maior empregabilidade de mão-de-obra humana, alcançando assim, elevado incremento no PIB de cada ano proporcionando maiores investimentos voltados à população local como saúde e educação.

Segundo pesquisa efetuada e apresentada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os municípios de Paragominas e Rondon do Pará somaram em 2001, um total de 2.789 estabelecimentos (setor terciário), alcançando um patamar de 63,24%, ou seja, mais de 50% quando comparados aos demais setores, que se apresentam distribuídos em 705 estabelecimentos no setor secundário e 916 no o setor primário, ou seja, 15,99% e 20,77% respectivamente, menos da metade do que é empregado no terceiro setor, conforme se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 – Estabelecimentos por setor econômico, 2001. Fonte: DNPM/SEICOM

Setor Econômico	2001	%
Primário	916	20,77
Indústria	705	15,99
Comércio Atacadista	194	4,40
Comércio Varejista	2.261	51,27
Serviços	334	7,57
<b>TOTAL</b>	<b>4.410</b>	

A atividade que merece destaque nos dois municípios em números de estabelecimentos, é do setor primário que se concentra pessoas de dez

anos ou mais de idade, distribuindo-se na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, com percentual de 27,87%, em decorrência da pouca tecnologia empregada no referido setor, a qual proporciona como destaque a produção agrícola extensiva. Vindo em seguida a Indústria extrativa, de transformação, distribuição de eletricidade, gás e água com 20,61%.

Dentre todas as funções apresentadas na tabela abaixo, pode-se ressaltar como destaque, no sentido de incipientes investimentos pela sua importância dentro de um processo de crescimento econômico: a educação (que faz parte do setor terciário), em que ainda considera-se um processo lento frente às necessidades por vir, e as que já são exigidas no momento atual, quando se volta principalmente para as inópias do mercado de trabalho e a qualificação humana (GENTILE,2000). E isso pode ser observado nos dados apresentados a qual atinge apenas 3,56% do total ocupadas nessa função. O que também não se deve determinar como falta de qualidade, mas como baixa taxa de ofertas de empregos nessa área, ou até mesmo migração de mão-de-obra desse campo para outras, em função de melhores propostas salariais oferecidas por outros setores da economia. Essa prática contribui grandemente para o lento progresso social, realidade que contribui para referendar um índice de baixa qualidade de vida que pauta-se num indicador de 0,548, frente a exorbitantes riquezas naturais que a região apresenta.

Observa-se que no mercado de fatores, ainda verifica-se a antiga e mais nova que nunca, lei clássica da oferta e da procura. Uma vez que pelo grande contingente de mão-de-obra ofertada no mercado nesses dois municípios os valores de seus respectivos serviços decrescem, em decorrência oferta de trabalho efetivo ser menor que o exigido pelos fatores de produção. Essa relação é ressaltada por Fonseca (1992) "Os indivíduos são, em última análise, proprietários da força e trabalho, da terra, dos recursos naturais, das máquinas, equipamentos e edificações etc., que terão que ser utilizados pelas empresas no processo de produção. Assim sendo, as empresas compram o uso desses fatores de produção dos indivíduos. As transações dessa natureza (empresa comprando o uso dos fatores de produção) são realizadas no que chamamos mercados de fatores".

A utilização dos fatores de produção, em ambos os municípios, pode então ser considerada como aproveitamento moderado (de mão-de-obra), devido o resultado da pesquisa expostas na tabela. Em que sinaliza a população economicamente ativa com indicador de 44.875, e a população ocupada alcançando um índice de 39.509. No entanto sem desprezar que é no ambiente do campo a grande contingência

Tabela 2 – Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, Por Seção de Atividade do Trabalho Principal 2000. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Seção	Pop. De 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca	11.012	27,87
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	8.143	20,61
Construção	2.033	5,15
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	7.029	17,79
Alojamento e alimentação	1.691	4,28
Transporte, armazenagem e comunicação.	1.401	3,55
Intermediação financeira e atividade imobiliárias, alugueis e serv. Prestados às empresas.	873	2,21
Administração pública, defesa e seguridade social.	1.369	3,46
Educação	1.405	3,56
Saúde e serviços sociais.	471	1,19
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	875	2,21
Serviços domésticos.	2.966	7,51
Organismos internacionais e outras instituições extraterritorial.	-	-
Atividades mal definidas	243	0,62
<b>Total</b>	<b>39.511</b>	

empregatícia desses municípios, em que o nível de escolaridade é mais baixo e conseqüentemente o nível salarial. Portanto, mesmo com uma ampla absorção de trabalhadores no campo é na área urbana que mais se concentra a população chegando a um total de 102.625 hab., e na área rural 32.564 hab, este fato se explica pela proximidade do campo e as cidades, o que facilita o deslocamento do cidadão que reside neste entorno para o campo retornando para as cidades no fim de cada semana.

Dentre a essa situação, torna-se fácil compreender o porquê da maior contingência salarial se concentrar no patamar de um a dois salários mínimos, ou seja, mais de 50% da população remunerada ganhar até dois salários mínimos, o que se torna compreensível o restrito acesso dessas pessoas a melhor condição de vida, traduzindo-nos que as crescentes variações

Tabela 3 – Indicadores de população de 10 ou mais de idade, economicamente ativa e ocupada 2000. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Indicadores	Total
População Residente de 10 anos ou mais	86.384
População Economicamente Ativa – PEA	44.875
População Ocupada – POC	39.509
Taxa de Atividade	104,08
Taxa de Desocupação	23,55

Tabela 4 – Distribuição da POC por classe de rendimento nominal mensal de todos os trabalhos em salário mínimo 2000. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Classe de Rendimentos	POC	%
<b>Total da POC</b>	<b>39.508</b>	-
Até 1	11.982	30.33
Mais de 1 a 2	13.065	33.07
Mais de 2 a 3	4.295	10.87
Mais de 3 a 5	3.893	9.85
Mais de 5 a 10	2.676	6.77
Mais de 10 a 20	908	2.30
Mais de 20	554	1.40
Sem rendimento	2.135	5.40

apresentadas nos anos corrente não apontam para desenvolvimento econômico e social.

Outra situação relevante mostra-se no número de empregados com carteira assinada totalizando uma quantidade real de 10.889 indivíduos, o que seria positivo se o número de pessoas sem carteira assinada não superasse os efetivos dentro das normas trabalhistas, os quais atingem um total de 15.497, e isso, é claro, considerando os aprendizes e estagiários, os quais na grande maioria podem-se relacionar como exploração de mão-de-obra barata.

Em meio aos dados apresentados é indispensável afirmar que falta políticas sérias pautadas em planejamentos, mesmo a médio e longo prazo, que sejam executadas do início ao fim, sem desconsiderar técnicas de preservação ambiental e o respeito a vida humana. Buscando-se meios de melhor aproveitamento do solo

através de tecnologias eficazes e eficientes dentro da realidade econômica do país.

## Discussão

A visão que sustenta as ações é a de que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico. O Brasil precisa responder ao seu maior desafio, que é o de aprofundar a democracia e erradicar a pobreza, combinando crescimento econômico com redução da desigualdade. A manutenção da estabilidade macroeconômica é condição necessária, mas não suficiente, para que essas transformações possam se dar. É preciso ir além, evitando reeditar modelos do passado, nos quais desenvolvimento se reduziu ao crescimento da acumulação e concentração do capital – em detrimento do bem-estar do conjunto da população, do equilíbrio das contas externas, do poder de compra da moeda, do meio ambiente e da própria democracia. Não adianta, pois, investir no desenvolvimento de iniciativas empresariais sem levar em conta outros pressupostos do desenvolvimento, tais como o capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida); o capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e as condições da população local); a governança (a capacidade gerencial do governo e os níveis de participação e controle social); e o uso sustentável do capital natural.

Empresas dinâmicas e eficientes terão mais chances de florescer sustentavelmente quando as condições sociais, culturais, ambientais, físico-territoriais e político-institucionais forem adequadas proporcionando o desenvolvimento integrado e compartilhado com redes locais (empresariais, sociais e institucionais), onde essas condições sejam levadas em conta da mesma forma que a dimensão econômica.

Os investimentos em educação surgem como necessidade fundamental para se reorganizar os modelos de cultura no setor primário da região, possibilitando assim, o desenvolvimento sustentável da população (CERTO et al, 2005).

## Conclusão

Pensar em desenvolvimento para a região norte e mais especificamente para a microrregião de Paragominas no Estado do Pará representa um olhar diferenciado da administração pública no sentido de garantir estratégias de implementação de projetos sustentáveis em que seja garantida a utilização adequada dos recursos naturais e respeitada o processo multicultural da população paraense.

Não nega-se que para garantir o desenvolvimento da região faz-se necessário que a população absorva uma cultura sustentável a partir da educação e que a mesma torne-se agente e sujeito das mudanças concretas na região.

A implementação de projetos seja de cunho educacional, seja de fomento das empresas locais só serão realmente relevantes para o desenvolvimento da região a partir do momento em que seja respeitada a especificidade local.

As semelhanças no setor primário e terciário verificadas nos municípios pesquisados confirmam a hipótese de que a região ainda esta muito presa a valores históricos de crescimento e que os caminhos para um concreto desenvolvimento ainda são pouco percebidos na região.

A falta de incentivos concretos nos setores produtivos na microrregião tem alavancado o desemprego estrutural, aumentando o excedente de trabalhadores, ou seja, a não necessidade para a produção de milhões de trabalhadores, tendo como conseqüência o aumento da miséria, da fome e da barbárie social (FRIGOTO,1998)

## Referências

- CERTO, S.C. et all. Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005
- DOWBOR, L. et all(org). Desafios do trabalho.Petrópolis:vozes, 2004
- FRIGOTTO, G. **Educação e Crise no Trabalho:** perspectivas de final de século.Petrópolis: vozes, 1998
- GENTILLI, P. (org). **Globalização Excludente:** desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: vozes, 2000